



**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Curso de Relações Internacionais**  
**TCC em Formato de Artigo Científico Conforme Definido pelo Regulamento de TCC**  
**Projeto Pedagógico de Curso de Relações Internacionais em Cumprimento das DCNs do**  
**Curso de Relações Internacionais (MEC/CNE)**

**Título do Trabalho: A Guerra Civil Síria, no Pós-Primavera Árabe, como Palco da Reedição das Guerras por Procuração**

**Nome do Estudante: Lucas Mikhail Coleti**

**Nome do Orientador: Rodrigo Medina Zagni**

**Ano de Depósito: 2021**

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo principal analisar os desdobramentos da Guerra Civil Síria, concebida após uma série de fracassos da tentativa ocidental no redirecionamento de regimes durante a Primavera Árabe. Deseja-se responder, portanto, os motivos do malogro ocorrido e a forma que países como Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Turquia se introduziram no conflito a partir de uma reedição das “guerras por procuração”, em que grupos armados patrocinados por outros Estados intensificaram os confrontos na região. Duas hipóteses sustentam esse trabalho; a primeira, visa responder a premissa do investimento econômico e militar pelos países envolvidos e os interesses geopolíticos em jogo na região, enquanto a segunda hipótese se fundamenta na inédita ação, pelo Estado Islâmico (EI), em redirecionar o financiamento recebido para construir seu baluarte territorial com foco em regiões estratégicas, como o Leste da Síria, rico em campos de petróleo. A metodologia científica deste artigo emprega fontes qualitativas e secundárias, aplicando-se o método hipotético dedutivo.

**PALAVRAS-CHAVES:** Guerra Civil Síria; Primavera Árabe; Guerras por Procuração; Estado Islâmico; Terrorismo; Países Árabes; Financiamento externo.

## **ABSTRACT**

This research has as its main objective to analyze the developments of the Syrian Civil War, conceived after a series of failures of the western attempt to redirect regimes during the Arab Spring. Therefore, it would like to answer the reasons for the failure that occurred and the way that countries such as Saudi Arabia, Kuwait, Qatar, the United Arab Emirates and Turkey entered the

conflict through a reissue of the “proxy wars”, in which armed groups sponsored by other States have intensified clashes in the region. Two hypotheses support this work; the first, aims to answer the premise of economic and military investment by the countries involved and the geopolitical interests at stake in the region, while the second hypothesis is based on the unprecedented action, by the Islamic State (IS), to redirect the financing received to build its territorial stronghold with a focus in strategic regions like East Syria, rich in oil fields. The scientific methodology of this article employs qualitative and secondary sources, applying the hypothetical deductive method.

**KEYWORDS:** Syrian Civil War; Arab Spring; Proxy Wars; Islamic State; Terrorism; Arab countries; External financing.

## INTRODUÇÃO

Ao final da década de 2010, ocorreu, no Oriente Médio e no Norte da África, uma série de manifestações e protestos revolucionários que acabaram por desencadear impiedosas guerras civis em diversos países da região. Iniciados após a autoimolação de Mohamed Bouazizi, vendedor de rua tunisiano, em 17 de dezembro de 2010, tal fato logo ficou conhecido como a Primavera Árabe e suas consequências perduram até hoje: conflitos contínuos, destruição em massa, além de milhares de mortos e dezenas de milhares de pessoas feridas. A Síria, país de pouco mais de 17 milhões de habitantes (*World Bank*), é um dos principais exemplos de como o caos se alastrou pela região, configurando-se como a maior crise humanitária do século XXI (*Human Rights Watch*, 2017) e, de quebra, tornando-se palco de operações de uma reedição das “guerras por procuração”.

A agravante situação que ocorre no Médio Oriente busca ser respondida por meio de três perguntas cruciais, que serão levantadas nesse trabalho conforme seguem:

1. De que forma o Estado Islâmico utilizou-se de seu pragmatismo para alcançar feitos antes nunca vistos por uma organização de cunho terrorista?
2. Como as falhas tentativas estratégicas por parte do Ocidente colaboraram para o surgimento do conflito armado na Síria e região?
3. Guiados por quais motivos, alguns países árabes como Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Turquia se introduziram no conflito a partir das “guerras por procuração”?

O Trabalho de Conclusão de Curso em questão, tem como principal objetivo analisar os desdobramentos da Guerra Civil Síria, ocorrida após a Primavera Árabe e o modo como as “guerras

por procuração”, em que grupos armados patrocinados por outros Estados, intensificaram os conflitos na região. A delimitação do tema, portanto, compreende o período da série de revoltas e protestos populares contra os governos ditatoriais nos países árabes e o surgimento da maior organização terrorista na atualidade, o Estado Islâmico. Trabalharemos com quatro objetivos específicos, com a finalidade de se entender o decorrer dos eventos:

1. Entender o contexto histórico e político em que a Síria estava inserida antes da eclosão da Primavera Árabe e posterior guerra civil.
2. Analisar os motivos que levaram uma série de países a se inserirem no conflito, seja direta ou indiretamente.
3. Observar as ações do Estado Islâmico na região analisada e a forma em que o grupo intensificou a situação de contenda na Síria.
4. Por fim, descrever a estratégia do “caos construtivo” e como essa provocou tamanha destruição humana e material.

A primeira hipótese levantada visa responder a premissa da utilização das “guerras por procuração” pelos países envolvidos mencionados previamente. Ponto estratégico importante pelas reservas de petróleo e gás natural, o Oriente Médio é caracterizado historicamente pela influência de polos de poder e manutenção da coexistência pacífica dos atores da Guerra Fria. Inserida nessa região, a Síria, como alguns de seus países limítrofes, que no passado foram divididos pelo Acordo Sykes-Picot, entre franceses e ingleses, passou a ser alvo de financiamentos indiretos no jogo geopolítico entre as grandes potências.

No que tange às ações do Estado Islâmico, a segunda hipótese se fundamenta na tentativa do grupo em criar um Estado buscando o reestabelecimento do Califado. Fatores como a luta do EI contra o governo sírio, bem como a grupos rebeldes na região são mostras de que suas ações estão longe de constituir em ameaças decedentes. Aliado a tal fato, o Estado Islâmico angaria dos recursos financeiros vindos de sauditas, kuaitianos, catarianos, emiradenses e turcos para investir nos recursos energéticos provenientes do Leste da Síria e assim, delimitar seu “cerco territorial”.

Será analisado nesse projeto o contexto histórico em que a Síria estava envolvida anteriormente ao surgimento do conflito armado, bem como o financiamento – direto ou indireto - do Estado Islâmico através dos Estados Unidos, uma série de países do Golfo e Turquia, utilizando-

se desses recursos para seu fortalecimento, através de treinamento militar, que os possibilitou angariar recursos para estruturação de suas máquinas militares. Nesse contexto, o Estado Islâmico se beneficiou diretamente dos combates por procuração constituindo um baluarte territorial e militar. Ademais, trataremos também da estratégia do “caos construtivo”, provocado no Oriente Médio a partir de ações ocidentais onde buscava-se a destruição da ordem vigente para que se criassem estruturas, guiadas por uma série de motivos políticos-estratégicos, dentre eles, a estimulação da economia bélica das grandes potências.

A análise da atual situação beligerante da República Árabe Síria será feita através de um estudo teórico hipotético-dedutivo a partir de um método de investigação qualitativo, que busca entender as causas do conflito, bem como a participação da comunidade internacional em torno dele. Dessa forma, serão utilizadas fontes secundárias tais quais artigos científicos e teses de diversos estudiosos do tema, por exemplo: Rodrigo Medina Zagni, Loretta Napoleoni, Éric Fottorino, Fernando Luz Brancoli e Patrick Cockburn. Ademais, a estruturação do presente trabalho a partir do plano histórico estabelecendo um limite cronológico a respeito da Síria, ajudará a entender o contexto em que o país árabe está inserido no período em que se escreve.

O tema escolhido justifica-se pela crescente necessidade de combate a violência generalizada na esfera internacional, bem como a inevitabilidade de que se entendam os motivos dos atores envolvidos nessa guerra. Entretanto, não há qualquer intenção de que seja elaborada uma possível solução para esses eventos. Além disso, motivações pessoais me guiam para o desenvolvimento desse projeto, uma vez que meu avô é natural de Damasco, e parte de sua família sofre até o presente momento com os desdobramentos da cruel guerra civil que aflige o território sírio.

### **Contexto Histórico Sírio Pré-Primavera Árabe**

Os eventos no país representado por Bashar al-Assad, que completam 10 anos em 2021, resultaram na morte de aproximadamente 400 mil pessoas, além de mais de 10 milhões de indivíduos categorizados entre refugiados e desalojados, de acordo com o ODSH - Observatório Sírio de Direitos Humanos. Esses fatores, aliados ao cenário de desordem política e ataque aos

direitos humanos dos cidadãos sírios, constituem material de extrema relevância para o estudo de Segurança e Conflitos nas Relações Internacionais Contemporâneas.

A fim de uma melhor compreensão sobre as causas e consequências da Guerra Civil Síria, que assola o país nos pós-Primavera Árabe, foram feitos estudos com base no governo propriamente dito e suas estruturas internas, bem como atores externos, organismos não-Estatais, e os marcos históricos que direta ou indiretamente servem nesse contexto como auxílio no entendimento do conflito. O Estado Sírio, reconhecidamente independente após o ano de 1946, com o final da Segunda Guerra Mundial, era fragmentado em quatro Estados, administrados pela França. Após a sua independência, as consequências da colonização se mostraram claras: um sistema parlamentar prejudicado. Em 1949 ele foi derrubado pelo coronel Husni al-Zaim, representando o primeiro golpe de Estado militar no mundo árabe, preparado pela embaixada norte-americana e a CIA - Agência Central de Inteligência (*LE MONDE DIPLOMATIQUE*, 2013).

Dessa forma, devido à grande desestruturação sistêmica que sofreu ao longo de sua história, tornava-se esperado que um país previamente colonizado possuísse características anti-imperialistas, e ao analisarmos o caso sírio, podemos concluir que esse não foi diferente. De cunho altamente nacionalista e com certa desconfiança no que tange a investidas estrangeiras, o país, governado pela família al-Assad desde 1971 - Hafez deixou o poder de fato no ano de 2000, após a sua morte, sendo sucedido pelo seu filho, Bashar – houve um momento na história em que a calma na fronteira com Israel imperou, assim como as relações amistosas com os Estados Unidos. Durante a “guerra global contra o terrorismo”, por exemplo, o país árabe apoiou parceiros dos EUA na região, como a Arábia Saudita na Revolução do Bahrein, no ano de 2011.

Esses fatores não impediram que a onda revolucionária chegasse também no território sírio. Como exemplo ilustrando o cenário de desespero inicial, de acordo com matéria publicada no jornal francês *Le Monde Diplomatique*, “a situação socioeconômica era deplorável: dos 300 mil sírios que chegavam por ano ao mercado de trabalho, apenas 8 mil conseguiam um contrato de trabalho formal”. Ademais, a liberdade de expressão da população era constantemente debilitada por conta do estado de emergência em vigor desde 1963, e a Síria foi palco de uma onda de reformas neoliberais, transformando monopólios públicos em privados, abalando a estrutura nacionalista que predominava o país. O país atravessava um dos momentos mais conturbados de sua história, sofrendo imensurável destruição humana e material, modificando estruturas de suas mais

importantes cidades, portanto, influenciando diretamente em sua economia. A utilização massiva de armas químicas contra civis é um dos pontos que mostram o desrespeito com às normas de guerra internacionais. “Num piscar de olhos, uma nação do século 21 foi dividida por um conflito aparentemente insolúvel” (NAPOLEONI, 2015).

Baseando-se na situação inicial do país, a mídia na época destacou a similaridade do confronto com os demais países árabes. A emissora de televisão catariana, Al Jazeera, defendia que os eventos representavam nada menos que uma consequência dos governos corruptos semelhantes aos ocorridos em Líbia, Egito e Iêmen, por exemplo. A população síria reivindicava melhor qualidade de vida, abrangendo os mais diversos aspectos como: melhoria do serviço público, maior abertura do governo e liberdade política – quase nula. Além disso, o território enfrentava uma grave seca desde 2008, provocando êxodo rural e o consequente deslocamento dos camponeses às cidades, que em alguns casos careciam de infraestrutura adequada, como saneamento básico. Talvez o percurso natural por conta do contexto estatal fosse somente um:

A passagem de um movimento não-violento de protesto, que durou cerca de oito meses, para uma guerra civil nacional possui múltiplas razões. Por um lado, o movimento de manifestantes foi tradicionalmente dividido, principalmente pela ausência de partidos e organizações opositoras formais, ilegais durante o regime Assad. A violência do governo, além disso, impulsionou estratégias violentas para o centro das discussões, iniciando um ciclo que retirou ainda mais capital político dos grupos não armados. Por fim, o fluxo contínuo de armamentos e dinheiro por parte de atores externos acabou beneficiando aqueles que decidiram por tal estratégia (BRANCOLI, 2017, p. 7).

Mesmo com razoável liberalização econômica durante a década de 2000, com o advento de bancos estrangeiros espalhando-se por diversas áreas do território, e diminuição de tarifas de importação, trazendo por exemplo indústrias europeias para o país, principalmente as do setor automotivo, não obstante era apenas uma minoria da população que se beneficiava dessa abertura. Os principais privilegiados nesse caso eram ligados diretamente ao governo de Bashar al-Assad: famílias *alawitas* e povos sunitas localizados nas áreas urbanas, onde havia tamanha influência de ingleses e franceses, com forte investimento desses em pontos turísticos locais. Com o descontentamento massivo do restante da população, logo a comunidade internacional passou a redirecionar seu foco no caso sírio:

Tais alianças foram mobilizadas e ressignificadas conforme a crise institucional que passou a ser compreendida como uma guerra civil. Nesta medida, recursos foram mobilizados pelo governo e por alianças pré-existentes. O papel internacional do conflito na Síria é dúbio desde o início dos protestos, principalmente após as manifestações iniciadas em 2011 se tornarem mais violentas, sobretudo após a deserção de membros do exército nacional. Conforme tornava-se mais claro que os protestos estavam se

transformando em um conflito armado, ainda em 2011, os Estados Unidos se refrearam de maior envolvimento, apesar do pedido constante de aliados regionais, principalmente da Arábia Saudita. Em abril de 2011, o governo Obama iniciou algumas sanções contra o regime Assad e, dois meses depois, em conjunto com lideranças da França e Alemanha, para que o líder saísse do poder. Nesse período, os EUA também estabeleceram um programa para treinamento e auxílio de grupos rebeldes, que já em 2012 iniciaram ações de tomada de cidades, como o exemplo principal de Aleppo, capital econômica do país. O discurso belicista do Ocidente aumentou, chegando em novembro a uma tentativa de resolução no Conselho de Segurança, que poderia autorizar seus membros a tomar “todas as medidas necessárias” para garantir a proteção de civis no país (BRANCOLI, 2017, p. 9).

Entretanto, mesmo com muitos olhares sobre a Síria, no entanto a intervenção direta não era uma opção, principalmente porque como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, havia a Rússia, a qual apoiava diretamente o governo de Assad, operando como mediadora desse regime. O apoio logístico-estratégico de Putin à Damasco foi crucial para a sobrevivência desse, sobretudo levando-se em consideração a quantidade de atores estatais e não-estatais que buscavam a renúncia de Assad na presidência. Moscou freou diversas ações planejadas pelo Ocidente na tentativa da proteção de seus interesses:

A ação se mostrou infrutífera pelo veto de Moscou, que iria se repetir em todas as tentativas posteriores. Neste caso, a França foi proeminente em demandar ações mais enérgicas. Paris foi o primeiro membro do Conselho de Segurança a expulsar diplomatas sírios ligados ao regime, além de apontar que ataques contra Assad eram necessários. O regime do socialista François Hollande, principalmente pelo aumento de ataques terroristas em território nacional, apontava que a instabilidade na região trazia insegurança para a Europa como um todo. Apesar da impossibilidade de intervenção direta, os Estados Unidos e aliados europeus, principalmente a França, concentraram os esforços de apoio no envio de armamentos e no treinamento de tropas locais, principalmente aquelas sob o guarda-chuva do chamado “Exército Livre da Síria”. [...] A entrada da Rússia em auxílio ao governo Assad, em complemento à falta de motivação política para Washington enviar mais soldados para campo, são os principais fatores explicativos para indicar a razão de intervenções mais potentes do Ocidente e de seus aliados regionais não terem sido possíveis, o que acabou levando à opção de formações de alianças com atores locais. O argumento central era de que o apoio ao governo Assad se dava principalmente para evitar a expansão de grupos terroristas. (BRANCOLI, 2017, p. 10).

### **Intervenção Externa e Consequente Reedição das Guerras por Procuração**

Com o advento da Primavera Árabe, a reação foi violenta e gerou o efeito contrário daquele inicialmente esperado: os manifestantes sírios apenas perderam seus direitos e muitos deles acabaram por se tornar militantes violentos. As manifestações até então pacíficas, resultaram em uma guerra civil, a mais cruel vista em território local, com grande protagonismo dos sunitas, revoltados com o governo iraniano e sua influência na região, além de buscarem a queda de Assad,

principal aliado árabe de Teerã. Influenciado diretamente pelas ações de França e Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial, o território sírio, atualmente, é palco de uma reedição das Guerras por Procuração, representando o financiamento a grupos terroristas sunitas por parte de países do Golfo Árabe, e aliados dos Estados Unidos, como Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Turquia e os Emirados Árabes Unidos. Esses, buscaram conter as ações do governo Bashar al-Assad, apoiado diretamente Irã e pelo Líbano, principalmente pelo grupo Hezbollah.

No tocante a essa dicotomia, faz-se necessário destacar as estratégias de dois outros países, guiados por interesses socioeconômicos na região: Rússia e Estados Unidos. O primeiro, desde os anos 1950 possui fortes relações com o Estado Sírio e presta apoio a al-Assad. Nas palavras de Karim Emile Bitar:

A Rússia de Vladimir Putin mostrou-se a mais determinada no apoio ao regime de Al-Assad, chegando a utilizar por três vezes seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. As razões para isso são múltiplas. Em primeiro lugar, relações bilaterais sólidas, estabelecidas desde os anos 1950 e nunca interrompidas desde então. A Síria, ao contrário do Egito de Anwar al-Sadat, nunca queimou pontes com o bloco soviético: muitas dezenas de milhares de duplas nacionalidades, casais mistos e expatriados, relações econômicas sólidas (em 2010, as exportações russas foram superiores a US\$ 1,1 bilhão e os investimentos chegaram a quase US\$ 20 bilhões). Em segundo lugar, vendas de armas que têm como principal interesse permitir aos russos testar a confiabilidade de sua tecnologia – elas também renderam US\$ 4 bilhões em 2011, mas Damasco é um mal pagador, e Moscou frequentemente renegocia ou perdoa a dívida. Quanto à base militar de Tartus, única base russa no Mediterrâneo, trata-se essencialmente de uma infraestrutura de abastecimento, cuja importância tem sido um pouco superestimada (*LE MONDE DIPLOMATIQUE*, 2013).

Seguindo a linha de raciocínio de Bitar, há a importância de outro aliado estratégico sírio, o Irã:

Já o apoio do Irã ao regime de Al-Assad explica-se mais facilmente: para Teerã, trata-se de proteger seu único aliado árabe e garantir a perenidade dos canais de abastecimento do Hezbollah. A aliança entre o Irã e a Síria vincula-se a um pacto estratégico de longo prazo, forjado em 1980, logo após a Revolução Islâmica, numa época em que Hafez al-Assad, pai do atual presidente, isolado, amargava suas más relações com o irmão inimigo baathista iraquiano, Saddam Hussein, e com a Organização pela Libertação da Palestina (OLP) de Yasser Arafat.

Essa aliança sobreviveu a intensas pressões, sobretudo durante a guerra Irã-Iraque de 1980-1988, e todas as tentativas de afastar os dois países têm sido infrutíferas. Assim, desde o início da revolução síria, em março de 2011, o Irã tem apoiado Al-Assad com todas as forças. O país não hesitou em abrir uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão para a Síria, apesar de sua difícil situação de país sufocado por sanções econômicas. Teerã ainda enviou para lá quadros da Guarda Revolucionária, enquanto combatentes do Hezbollah e milícias xiitas iraquianas também se comprometiam com o regime (*LE MONDE DIPLOMATIQUE*, 2013).



Teerã era deveras importante para a Síria, mesmo que não limítrofes, o incremento das relações teve início na década de 1980 principalmente pelo fato de o Irã possuir uma forte característica expansiva. Ambos os Estados lutaram juntos na Guerra Civil do Líbano, apoiando diretamente o grupo Hezbollah; as proximidades já existiam: elementos culturais e religiosos e as duradouras relações entre os povos xiitas. Durante a Guerra Civil Síria, em 2011, o achegamento desses apenas se reforçou com o apoio iraniano ao governo de Bashar al-Assad fosse pelo auxílio financeiro ou com o envio de combatentes da Guarda Republicana Iraniana. (BRANCOLI, 2017, p. 12)

Já com relação aos Estados Unidos, que impossibilitados de intervirem no país diretamente, concentraram seus esforços no apoio e envio de armamentos bem como treinamento de tropas locais, a exemplo do Exército Livre da Síria. Somente em 2015, o governo Obama teria enviado mais de 900 toneladas de material bélico para tais atores (YASSIN-KASSAB, 2016, p. 67). Juntamente com as três maiores potências sunitas na região – Turquia, Catar e Arábia Saudita – o apoio a rebeldes sírios mostram com clareza o objetivo dessas nações: derrubar o regime de al-Assad. Para os dois países do Golfo, ainda, representa também a questão de frear as ações do Irã, contrapondo-se no sentido do conflito entre sunitas e xiitas. Pelo lado saudita, por exemplo, houve o apoio desde o início de grupos armados rebeldes, com ênfase em organizações sunitas. Riad, com intermináveis disputas políticas contra o governo *Baathista* sírio, foi acusada de apoiar esses rebeldes enviando armamentos para grupos fundamentalistas com o autoproclamado Estado Islâmico (LYNCH, 2016, p.49).

Tratando-se da Guerra Civil Síria, uma tarefa quase que impossível seria não destacar o papel dos curdos nesse evento, o maior povo apátrida do mundo. Esse grupo étnico do Oriente Médio possui cerca de 30 milhões de indivíduos espalhados pelo mundo, onde, um pouco menos que a metade vive sob território Turco – denominado como Curdistão Turco (OPEN DEMOCRACY, 2017). Para essa população, a guerra civil é tratada como outra tentativa na busca de sua autonomia e a construção de um Estado Nacional, as quais reivindicam historicamente, mas nunca de fato ocorreram. A área inicial que continha essa população era ocupada pelo então Império Otomano sendo dividida posteriormente por França e Inglaterra; desde então, os curdos se dispersaram pela região.

Nesse tocante, compreende-se as investidas da Turquia, um dos patrocinadores dos rebeldes no conflito. O Estado em si considera o partido mais expressivo curdo, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), uma organização terrorista por ações separatistas, configurando-se como grande ameaça ao território turco (ÜNVER, 2015, p. 122). Devido à multiplicidade de atores envolvidos na guerra civil, Ancara, representada pelo Presidente Turco Recep Tayyip Erdoğan, desde 2014 no poder, teve maior dificuldade em concentrar o foco de suas ações. A complexidade das relações entre esses grupos distintos e o foco da Turquia no investimento bélico para a derrubada do regime de al-Assad representam esse fato.

Considerando o avanço do financiamento por parte desses países, faz-se de extrema relevância destacar nesse artigo as ações do Estado Islâmico, organização jihadista salafista sunita, que usufruiu diretamente desse patrocínio para o alcance de diversos objetivos. Antes de apresentarmos esses objetivos bem como os reais inimigos do EI, é necessário que haja a contextualização histórica da primeira cisão no islamismo. Em 2016, segundo o Conselho de Relações Exteriores, havia no mundo em torno de 1,6 bilhão de muçulmanos, onde a grande maioria (85%) seria sunita; enquanto os demais (15%), xiitas. O grande cisma, ocorrido no ano de 632, após a morte do Profeta Maomé, ramificou então seus seguidores em dois grandes grupos, contrapondo-se na questão da escolha do sucessor de Maomé, o próximo *khalifa*. Os sunitas, vencedores, defendiam que a escolha deveria se basear na tradição, costumes, pelo mérito; por sua vez, os xiitas pregavam que a decisão precisaria ter relação com a linhagem dinástica, ou seja, os sucessores de Maomé deviam ser os descendentes do próprio profeta.

O atual governo sírio é de natureza *baathista*, e suas raízes são relacionadas ao Partido Socialista Árabe Baath. com um caráter laico e fortemente republicano, defendia a fusão entre elementos do nacionalismo árabe, o anti-imperialismo e o pan-arabismo, chegando a consolidar-se, como força política, também no Iraque e no Líbano (ZAGNI, 2018, pg. 37). Por suas características socialistas, a região, principalmente durante a Guerra Fria, era visada pelos Estados Unidos e pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na tentativa de conter qualquer avanço comunista ali. A família de Assad, incluindo o próprio presidente, é seguidora da doutrina *alawita*, ramo minoritário do xiismo e presente sobretudo na Síria; o que justifica a aproximação com o Irã, um dos líderes da propagação do islamismo na região e predominantemente xiita.

## O Surgimento do Estado Islâmico

Nesse âmbito, no tocante ao conflito sírio propriamente dito, as ações de um importante ator intensificaram o caos gerando maior desestabilização na região, que já sofria as consequências da guerra civil em si, moldando o desenrolar do conflito. É esse o Estado Islâmico, ou simplesmente EI, como citado anteriormente. A organização terrorista está instalada no “triângulo sunita”, incorporando parte dos Estados de Síria e Iraque, beneficiando-se de sua localização junto a diversos campos petrolíferos e vasta planície agrícola. O Estado Islâmico, de inclinação jihadista salafista, configura-se como a mais poderosa do mundo em termos de efetivos e rendas possuindo como principal objetivo o reestabelecimento do Califado (FOTORINO, 2016, pg. 84). Fundado como “al-Tawhid wal-Jihad”, pelo jordaniano Abu Musab al-Zarqawi, em meados de 2003/2004 e definido posteriormente como Estado Islâmico do Iraque (EII), após fusão com a fração da *Al Qaeda* no Iraque e a respectiva invasão pelas forças norte-americanas nesse país.

O grupo, que mudou de nomenclatura por diversas vezes, passou pelo mesmo processo com a morte de al-Zarqawi, em 2010. Após tal fato, entra em vigor a liderança do iraquiano Abu Bakr al-Baghdadi e o processo de fusão da *Al Qaeda* no Iraque com a frente *Jabhat al-Nusra*, resultando o novo título de “Estado Islâmico do Iraque e do Levante”; EILL (em português) e ISIS ou ISIL (em inglês). Com o anúncio da criação do Califado por seus líderes, em 2014, o EILL assume a forma por qual é conhecida até hoje: o Estado Islâmico; na Síria e no Iraque, por exemplo, o grupo é conhecido como *al-Dawlat*, ou o Estado. Napoleoni aponta que a constante mudança de designações diz relação com grandes acontecimentos e importantes mudanças dentro da estrutural organizacional do grupo. Por exemplo:

A expressão *al-Tawhid wal-Jihad*, quase sempre traduzida como monoteísmo e jihad, transmite a ideia de que Deus é Onímodo e Onipresente; portanto, a vida só pode existir dentro dos limites e da autoridade de Sua Lei. Consequentemente, os muçulmanos consideram o Estado Islâmico original, o primeiro Califado, cuja criação se deu no século VII pela ação do profeta Maomé e seus companheiros, uma sociedade perfeita governada por um mandato divino. Em suma, ele era a expressão política da vontade de Deus. Hoje, o gesto característico do Al-Tawhid, o ato de estender o braço para cima e apontar o dedo indicador para o céu, tornou-se a saudação extraoficial do Estado Islâmico contemporâneo (NAPOLEONI, 2015, p.12).

E, com relação à visibilidade internacional, descreve que:

Hoje, a mídia e os políticos do Ocidente usam várias designações para descrever a organização armada comandada por al-Baghdadi. A Casa Branca e o governo britânico, por exemplo, usam o acrônimo inglês ISIL (EILL), enquanto os meios de comunicação americanos preferem ISIS (Estado Islâmico do Iraque e da Síria, EIIIS em português). A rede de televisão PBS prefere, no entanto, a designação Estado Islâmico, enquanto alguns

componentes da mídia australiana adotaram a expressão Grupo de Estado Islâmico, a fim de evitar a impressão de que se trata de um Estado nacional, em vez de uma organização armada. Em inglês, de uma forma geral, os acrônimos ISIS e ISIL soam melhor do que simplesmente IS; daí, a sua popularidade nos países de língua inglesa. A relutância dos políticos em usar a palavra “estado” deriva do receio de que as pessoas passem a aceitar, ainda que graças a uma simples palavra, a alegação de que o Estado Islâmico não é uma organização terrorista, mas um Estado legitimado por uma guerra de conquista, com a aprovação dos próprios conquistados. (NAPOLEONI, 2015, p12)

Desde sua primeira grande conquista territorial, a invasão e tomada da cidade de Raqqa, posterior “capital” política, o Estado Islâmico apropriou-se ainda de Mossul e do Sítio Arqueológico de Palmira, um dos mais importantes polos culturais da Antiguidade segundo a UNESCO e importante por ser um ponto estratégico para se chegar a Damasco, capital síria. Ao conquistar o território iraquiano de Mossul, o exército do EI passou a direcionar seus ataques a xiitas na região, principalmente mulheres e crianças, as quais foram executadas pela utilização de metralhadoras.

Em torno de 4 mil casas dispostas em bairros xiitas foram evacuadas e direcionadas a combatentes salafistas, para que utilizassem como base e estadia. Além disso, patrimônios históricos foram destruídos tendo como intuito a eliminação de qualquer resquício xiita na região. De acordo com uma das principais características do Estado Islâmico, a etnoreligiosidade, observamos que não havia espaço para xiitas, sufistas, *alawitas* ou quaisquer outras crenças distintas do salafismo. Os indivíduos eram obrigados a se converter e aqueles que não o faziam deveriam pagar por isso; seja através da pena capital ou o pagamento do *jizyah*, um tipo de imposto que garantiam que não podiam ser mortos (ZAGNI, 2018, p. 72).

Após diversas ações assertivas e que geraram resultados significantes para o grupo, foi apenas em janeiro de 2015 que o Estado Islâmico sofreu sua primeira derrocada, com os combatentes curdos retomando a administração da cidade de *Kobani*, na fronteira com a Turquia. A reconquista por parte dessa população representou um marco na tentativa da constituição de um Estado autônomo, que havia sido praticamente eliminada após a invasão pelo EI em 2014. O momento foi delicado ao ponto de um dos militantes curdos, Arin Mirkan, explodiu-se a si mesmo, cercado por jihadistas da organização (ZAGNI, 2018, p. 102).

O território de *Kobani* passou a contar com auxílio internacional em busca da defesa e segurança da cidade, que preocupava o governo turco pelo estabelecimento do Estado Islâmico na fronteira desse país. Foram organizações políticas curdas como as Unidades de Proteção Popular

(YPG) e o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) que contribuíram diretamente na expulsão dos combatentes jihadistas na região. Zagni destaca em seu livro um importante ponto reflexivo, apontando que a primeira derrota de grandes proporções do EI teve influência direta de efetivos de mulheres (de ambos grupos YPG e PKK) “que se negaram a aceitar o destino da violência e da escravidão sexual, da degradação social e de seu total silenciamento num modelo de sociedade que de certo as anulava, se não as destruísse por completo”. Logo após, veio a segunda derrota:

Na frente síria, o avanço em direção a Damasco levou as tropas do EI, em maio de 2015, à cidade antiga de Palmira, um dos mais importantes polos culturais da Antiguidade segundo a UNESCO e onde sítios arqueológicos de mais de 2 mil anos, ligados à cultura muçulmana xiita e sufi, foram destruídos e a cidade pilhada. Templos, mausoléus e estátuas foram dinamitados, enquanto tesouros e relíquias foram saqueados para alimentar o tráfico de antiguidades que fornece ao EI parte de suas receitas. As tropas curdas sagram-se vitoriosas, na guerra contra o EI, também em Tal Abyad, mais uma cidade próxima à fronteira turca e por meio da qual operava parte da rede que contrabandeava armas, drogas, dinheiro e deslocava efetivos na região (ZAGNI, 2015, pg. 104).

O papel turco no aprimoramento tático do Estado Islâmico, também desempenha papel relevante, pois no período de 2011 a 2013 foi revelado que a inteligência militar desses países estimulou oficiais iraquianos da era Saddam Hussein e se aliaram aos movimentos jihadistas. (COCKBURN, 2015). Em um contexto onde os combates por procuração financiados pelos países do Golfo Árabe - principalmente com intuito de vingança contra o Irã, o principal inimigo xiita dos rebeldes, e contra o aliado árabe desse país, Bashar al-Assad – tem-se como consequências uma devastadora guerra civil. Assim, muitas regras de guerra internacionais foram infringidas, como por exemplo o uso de armas químicas contra civis, e cidades sírias foram saqueadas (NAPOLEONI, 2015).

Apesar das eventualidades aqui descritas, o crescimento do grupo jihadista foi demasiadamente rápido, atraindo milhares de jovens estrangeiros para combater juntamente nas batalhas travadas por esse. Fato inédito, pois, nunca antes na história um grupo jihadista alcançou tamanha façanha que os possibilitasse governarem um Estado real – mesmo que não reconhecido pela sociedade internacional. Elementos importantes como apoio populacional, controle de questões logísticas como construção de estradas e controle de rede de esgotos foram de extrema importância para que o Estado Islâmico conseguisse triunfar, afastando-se do histórico das demais organizações passadas.

Com a modernização do salafismo e radicalidade sunita, o EI utiliza-se da máxima violência e desumanização para alcançar seus objetivos, e tem como intuito frear as ações do então presidente sírio, Bashar al-Assad, reconhecidamente xiita. O Líder da organização, Abu Bakr al-Baghdadi, propaga que o Califado é um tipo de Estado onde “árabes e não árabes, homens brancos e negros, orientais e ocidentais são todos irmãos... A Síria não é para os sírios e o Iraque não é para os iraquianos. A Terra é de Alá”. A fala representa uma ideologia jihadista que apela a um mundo islâmico através de fronteiras (COCKBURN, 2015, pg. 25).

Rodrigo Medina Zagni descreve em seu texto que:

É nesses moldes que o salafismo se insurgiu contra elites nacionais, cooptadas pelo imperialismo europeu por meio de seus agentes, considerados estes não apenas exploradores, mas também infiéis. Podemos compreender a orientação como resultante da pilhagem capitalista perpetrada pelas grandes potências, contra as quais os salafistas valeram-se de uma interpretação bastante rigorosa do sunismo como instrumento de luta anticolonial, brandindo a “verdade” contra o “poder”, numa contenda política indistinta daquela cosmovisão religiosa e que, para este novo momento, rejeitava o modelo ocidental de construção de Estados Nacionais (ZAGNI, 2018, p. 40).

No início do século XIX, o Oriente Médio foi palco de grande influência europeia, tanto politicamente, quanto economicamente, e o salafismo não era considerado uma ideologia antiocidental. Porém, já no final do século XIX, com as colonizações no Oriente Médio por parte dos europeus, os árabes se sentiram completamente traídos, considerando a partir daquele momento os europeus como culpados por seu declínio, e assim, o modelo de Estado Nacional começou a ser malvisto no mundo árabe. (NAPOLEONI, 2015).

Com isso, não só o Estado Islâmico como também outras organizações armadas passaram a atrair principalmente jovens, vindos de várias partes do mundo, para combaterem junto a elas. Apesar das informações sobre a quantidade os efetivos do EI serem divergentes, para que pudéssemos medir de fato sua força efetiva, as informações da própria organização, segundo Zagni, são:

De acordo com o próprio EI, entre seus combatentes estariam, além de iraquianos e sírios, ingleses, franceses, alemães, belgas, chechenos, turcos e demais europeus, além de norte-americanos, norte-africanos e árabes provenientes de outros países. Segundo dados do ano de 2016, os principais contingentes viriam da Tunísia (5 mil), Arábia Saudita (2.275), Jordânia (2 mil), Rússia (1.700) e França (1.550). (ZAGNI, 2018, pg. 60)

Inicialmente, era consideravelmente simples a afiliação ao Estado Islâmico, principalmente pela questão da demanda de efetivos nas frentes de batalha dos territórios sírios e iraquianos. Ainda de acordo com as pontuações de Zagni, levantamos as seguintes condições que facilitaram a inclusão desses combatentes:

O professor Peter Neumann, do King's College de Londres, estima que em torno de 80% dos combatentes ocidentais que lutavam na Síria entre 2011 e 2013, quando ali teve início a rebelião contra o regime de Bashar Al-Assad, tenham se juntado ao EI. Para a correspondente de guerra italiana Francesca Borri, o fluxo de combatentes estrangeiros para o Norte da Síria, de onde muitos passaram a integrar o EI, foi intensificado em 3 momentos distintos: após o golpe de Estado no Egito e o massacre da “Irmandade Muçulmana” em 2013; após o ataque do EI à prisão de Abu Ghraib, em julho de 2013, libertando centenas de prisioneiros dentre os quais experientes jihadistas e ex-militares da Guarda Republicana; e após os ataques do dia 21 de agosto de 2014, quando o governo de Assad fustigou a própria população com armas químicas (ZAGNI, 2018, pg. 60).

Dessa forma, o Estado Islâmico seguiu firme na tentativa da criação de um Estado Nacional, com bases geográficas e políticas, buscando a idealização de sociedade islâmica que tentou-se configurar inicialmente no século VII. O mapa do Oriente Médio tem sido redesenhado, modificando as fronteiras determinadas pelos ingleses e franceses no Acordo de Sykes-Picot (NAPOLEONI, 2015). É de extrema importância mencionar que a própria organização não se autodomina terrorista, ao contrário de predecessoras, como a Al Qaeda, grupo fundamentalista islâmico fundado por Osama bin Laden. Entretanto, fez-se valer de seu grandioso arsenal e poderio militar e ter praticado diversos atentados em inúmeros países. Inclusive, a organização aqui descrita acaba por influenciar outros grupos armados devido à série de sucessos conquistados. Entretanto, vale destacar que os meios utilizados, através da implementação do terrorismo, para atingir esses fins não é legitimado pelos Estados nacionais modernos.

Napoleoni dedica uma parte de seu texto para reformular inclusive o conceito de Estado Moderno, buscando realizar a diferenciação entre esse e o EI, como também as características de cada plano de ação. Nessa linha, é importante destacar que tanto a organização jihadista como os “novos Estados europeus” configurados após a Paz de Vestfália possuíam objetivos ambiciosos. O Estado Islâmico, por exemplo, busca conquistar além de seu próprio território (característica geográfica), legitimidade, implementação de burocracia interna e soberania (características políticas). Além disso, são guiados por forte característica etnorreligiosa, seguida pela implementação à força da xariá, ou seja, conjunto de leis e normas que dizem respeito ao código moral e legal interligando os muçulmanos em todos os aspectos de suas vidas.

Através dessa imposição,

O Califado considera a manutenção da lei e da ordem uma responsabilidade sua e executa ele mesmo essa tarefa, ainda que de uma forma rudimentar e grosseira. O Califado se responsabiliza também pela proteção das áreas sob seu comando contra ataques inimigos. Desse modo, o Estado Islâmico assume também a tarefa de cuidar da segurança nacional. A manutenção da lei e da ordem e da segurança nacional são duas características fundamentais que distinguem o Estado moderno de enclaves medievais administrados por comandantes militares e nobres. Outro importante elemento diferencial é a aprovação e o apoio aos governantes por parte da população, aquilo que Rousseau denominou contrato social, o verdadeiro instrumento de legitimação do Estado (NAPOLEONI, 2015, p. 81-82).

Há de se notar que algumas medidas chocantes, aos olhos do Ocidente, também são praticadas pelo EI dentro de seu próprio território, subordinando populações por meio de coerção e utilização da força, impondo relativo controle sobre elas. Nas sociedades dominadas pelo Estado Islâmico, as pessoas são proibidas de fumar e usar câmeras; nelas, as mulheres não têm permissão de viajar sem a companhia de um parente do sexo masculino e, em público, são obrigadas a cobrir o corpo inteiro com vestes apropriadas e não podem usar calças compridas (ZAGNI, 2018). A mulher tem seu protagonismo anulado, como em diversas outras sociedades ao redor do globo, e sua liberdade violada; o casamento, por exemplo, é arranjado pelo próprio EI onde as jovens sunitas são obrigadas a casar com militantes da organização.

Dentre as ações do Estado Islâmico, cabe notar que, na linha do tempo englobando desde o seu nascimento até a sua ascensão, a organização caracteriza-se como sujeito político nas relações internacionais contemporâneas. Patrick Cockburn defende que dentre um dos possíveis motivos para o surgimento desta, está uma série de erros cometidos pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais. Segundo o autor, “Em primeiro lugar, a invasão do Iraque em 2003 fez com que os sunitas fossem marginalizados. Em segundo lugar, o apoio ocidental aos insurgentes na Síria criou o cenário propício para tipo de combate implementado pelo ISIS.”

É importante destacar, ainda no livro de Cockburn, as hipóteses da chamada “Guerra ao Terror”, promovida pelos Estados Unidos após os atentados de 2001. O autor defende que esse projeto foi um fracasso, se, e somente se, partirmos do ponto de vista que o combate ao terrorismo era simplesmente o grande objetivo da política estadunidense. Para ele, razões como o impulsionamento da indústria bélica, o lucro das empresas de segurança e a manutenção da ideologia de ocupação do Oriente Médio, devem ser analisadas mais friamente para que exista melhor compreensão das ações desse país.



### **O Pragmatismo por trás das ações do Estado Islâmico**

Independente das razões e motivos que colaboraram para o surgimento do Estado Islâmico, em seu processo de reconstituição do Califado, ele alcançou feitos inimagináveis, conquistando uma gama territorial extensa, nunca alcançável por nenhum outro grupo armado após a Segunda Guerra Mundial. Loretta Napoleoni defende que grande parte desse sucesso deriva de duas centrais características da organização: sua modernidade e seu pragmatismo. Atribuindo-se de planos estratégicos, tecnologia e a expandindo suas ideias através da comunicação massiva, o EI demonstra para a sociedade internacional suas armas, literais ou não, que dispõem para alcançar seus feitos, ligando sinal de alerta nos demais Estados ao redor do globo.

Ainda nesse sentido, o pragmatismo da organização foi visto claramente com a luta contínua pela criação de uma nação, ou seja, o Estado Islâmico, soube redirecionar o financiamento pelos países do Golfo, que tinham como objetivo derrubar o governo de Bashar al-Assad na Síria, o EI utilizou-se do mesmo para fomentar seu projeto de desenvolvimento e expansão territorial. Impuseram duras derrotas às forças governamentais sírias incluindo os territórios ao Norte desse país, habitados pelos curdos. Napoleoni buscou deixar claro que:

Além disso, seus líderes demonstram uma compreensão sem paralelo das limitações enfrentadas pelas potências contemporâneas num mundo globalizado e multipolar. Por exemplo, o EI entendeu, antes que a maior parte de seus oponentes conseguisse fazê-lo, que uma intervenção estrangeira conjunta do tipo que realizaram na Líbia e no Iraque não seria possível na Síria. Foi nesse cenário que os líderes do Estado Islâmico conseguiram explorar em benefício próprio, de forma quase imperceptível, o conflito na Síria — uma versão contemporânea da guerra por procuração mantida por muitos patrocinadores de conflitos e grupos armados. Desejosos de uma mudança de regime na Síria, kuaitianos, catarianos e sauditas têm se mostrado dispostos a financiar uma série de organizações armadas, das quais o EI é apenas uma. No entanto, em vez de travar a guerra por procuração bancada por seus financiadores, o Estado Islâmico tem usado o dinheiro fornecido por eles para estabelecer seus próprios bastiões territoriais em regiões financeiramente estratégicas, como nos ricos campos de petróleo do Leste da Síria. No passado, nenhuma organização armada do Oriente Médio tinha conseguido promover-se como governante da região usando o dinheiro de seus ricos patrocinadores dos países do golfo Pérsico. (NAPOLEONI, 2015, p. 15)

Nesse prisma, observamos também pelas palavras de Cockburn, o pragmatismo do Estado Islâmico:

A Arábia Saudita, a Turquia e os Emirados Árabes estavam muito determinados a derrubar Assad e, em essência, provocar uma guerra por procuração entre sunitas e xiitas. O que fizeram? Destinaram centenas de milhões de dólares e dezenas de toneladas de armas a qualquer um disposto a lutar contra Assad. Porém, as pessoas que estavam sendo abastecidas eram da Al-Nusra, Al-Qaeda e extremistas da jihad vindos de outras partes do mundo (COCKBURN, 2015, p. 13).

### **Contextualização Histórica das Guerras por Procuração**

Então, ao entrarmos no âmbito relacionado ao patrocínio do Estado Islâmico conseguimos melhor entender o funcionamento das Guerras de Procuração na Síria, e porque elas não “vingaram” em países como Líbia e Israel, segundo Napoleoni. Antes, penso ser necessário retomarmos o conceito das GP, bem como a sua utilização massiva durante a Guerra Fria. Fernando Luz Brancoli, Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas - Unesp, Unicamp e PUC-SP), defende que “as Guerras por Procuração seriam a estratégia por excelência em um período em que o emprego de tropas regulares se torna cada vez mais intrincado e difícil politicamente.” A definição dessas, entretanto, é mais complexa.

A primeira tentativa, feita por Deutsch classifica como um “confronto de duas potências estrangeiras, se enfrentando em um terceiro país, disfarçado de um conflito interno [desse terceiro país] e empregando pessoal, recursos e territórios deste para atingir estratégias e objetivos externos”. Já Loveman, define as GP como a "participação, normalmente de Grandes Potências, de forma indireta em um conflito de terceiros, com o objetivo de influenciar o seu resultado estratégico". Juntamente com os conceitos de Napoleoni, podemos considerar que as Guerras por Procuração envolvem um Estado financiador, utilizando-se de um ator não-estatal ou um Estado menor para lutar em seu nome e lugar.

Esse conflito envolveria, dentro dessa análise, diversos agentes externos que, impedidos de atuar de maneira completamente direta na Síria, financiariam atores internos em duas frentes distintas. As guerras por procuração, assim, seriam cálculos racionais feitos por Estados que, com seus objetivos estratégicos em mente, evitariam pagar custos diretos das guerras ao mesmo tempo em que garantem seu posicionamento (BRANCOLI, 2017).

A versão moderna das Guerras por Procuração, em contrariedade com a época que foram aplicadas durante Guerra Fria, emprega o fator de que a nova estruturação multipolar do Sistema Internacional permite que organizações terroristas, incluindo o próprio Estado Islâmico, atraiam patrocinadores dos mais variados países para financiamento e treinamento militar; antes, as opções eram mais restritas, pois considerando a configuração bipolar, os demais países podiam contar com duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética. Ademais, pela bibliografia básica

analisada, é possível verificarmos que nas novas versões das GP, as alianças realizadas estão sujeitas a reestruturações e nunca são claras.

Por exemplo, ao partirmos da premissa em que os Estados Unidos, países do Golfo e Turquia financiam rebeldes sunitas com a intenção de derrubar o regime de al-Assad; enquanto, do outro lado, Rússia, Irã, milícias xiitas e curdos apoiam diretamente esse governo. Apesar dos pontos levantados, pontuamos algumas contradições como as ações do grupo libanês Hezbollah, que, ao mesmo tempo em que apoia o Irã no caso sírio, financia também o Hamas palestino, historicamente sunita e que mantém boas relações com a Arábia Saudita. Além disso, as divergências ocorrem por conta do próprio EUA, que arma rebeldes sírios para combater Assad e que posteriormente, essas armas são tomadas pelo Estado Islâmico após as batalhas que vencem.

Nesse âmbito, o Estado Islâmico aproveitou-se dos investimentos e armamentos para construir seu baluarte territorial englobando parte dos territórios sírios e iraquianos, tornando-se independente financeiramente de seus próprios patrocinadores. Com a utilização desses recursos para construção de seu Estado, pode-se analisar que o objetivo do EI não era simplesmente de combater o governo de al-Assad na Síria. Segundo relato de um ex-fuzileiro naval americano publicado na New Yorker, as intenções iam muito além:

Minha visita coincidiu com o dia em que o EIIL tomou a cidade de Azaz das mãos da Brigada de Assalto Setentrional do Exército Livre da Síria [...] Considerando isso, pareceu-me inegável que o EIIL, embora tido como um grupo rebelde na guerra civil síria, não considerava a derrubada do governo de Assad seu principal objetivo. Se considerasse, não teria desperdiçado recursos capturando Azaz, uma cidade controlada pelos rebeldes desde março de 2012. A guerra do EIIL não fazia parte da revolução. Era um esforço de conquista com objetivos próprios. (NAPOLEONI, 2015, p. 37)

A assertividade na auto capitalização desse grupo mostra que o Estado islâmico passou a deter de instrumentos para o devido controle de diversos territórios. Além dos recursos energéticos que provinham dos campos de petróleo, ainda se beneficiava de terras férteis à sua disposição para o plantio e colheita de *commodities* como algodão e cereais. Cobrava ainda, impostos das populações que viviam nas cidades tomadas e garantia rendas através do tráfico de antiguidades de patrimônios históricos, e, inclusive através de tráfico humano como por exemplo o sequestro de mulheres escravizadas após derrotas em Guerras. O crescimento expansivo da organização coloca à prova a dependência dessa com relação a países terceiros. Para Napoleoni:

Eles sabem também que os efeitos da guerra por procuração travada na Síria e no Iraque se voltarão contra seus próprios financiadores, enfraquecendo os países destes quando isso

acontecer. Atualmente, potências ocidentais e árabes parecem inconscientes da eventual eclosão desses acontecimentos (NAPOLEONI, 2015, p. 37).

O financiamento recebido pelos países do Golfo Pérsico permitiu de fato que o Estado Islâmico revertisse o investimento em um grande poderio bélico. Comentamos anteriormente sobre a falta de clareza nas alianças entre países nas guerras por procuração, apontado por Napoleoni e outros e como a questão do patrocínio financeiro pode ser distorcida. Nesse sentido, vale destacar os inimigos reais do EI, como o povo xiita, perseguido para garantir maior coesão da base de apoio sunita ao grupo armado; e a *al-Nusra*, facção rival na Síria e inicialmente responsável pela designação de “EIIL”, a qual recebeu ajuda financeira direta de países como Arábia Saudita, Qatar e Turquia. Ainda podemos citar outras frentes que o EI combate, a saber:

No plano militar, os inimigos que o EI combate, na guerra de conquista direta que vem movendo, estão dispostos em diferentes frentes: no Iraque, o EI empreende ataques à forças regulares do governo xiita do primeiro-ministro Haider Al-Abadi e, na região Norte, combatentes curdos (os Peshmerga); na Síria, bate-se tanto contra as tropas do regime de Bashar al-Assad quanto contra o “Exército Livre” e outros grupos rebeldes, de cujo avanço se vale para a conquista de territórios onde o governo sírio perdera sua soberania, e contra a frente al-Nusra, filiada à Al Qaeda e sua antiga aliada (conforme dito, até 2016, quando se fragmentou). Em ambas as frentes, o EI enfrenta ainda milícias xiitas e a “Frente Islâmica”, um consórcio de grupos jihadistas opositores do salafismo apoiado pelo Qatar e pela Turquia. O inimigo xiita, encarnado pelo Irã (por sua vez anteparado pela Rússia), aparece nos campos de batalha na forma dos combatentes Pasharans - protetores da Revolução Islâmica -, cedidos pelo governo de Teerã para lutar tanto na Síria quanto no Iraque contra o EI (ZAGNI, 2018, p. 58).

Entre essas e outras, o Estado Islâmico conseguiu acumular inúmeras vitórias e crescente sucesso, a curtos passos de um de seus grandes objetivos: a reconstrução do Califado. E foi a Síria que desempenhou grande papel na luta pela concessão desses objetivos, como palco de uma nova espécie de terrorismo. Assim, o grupo conseguiu pela primeira vez na história do Oriente Médio apoderar-se de um território consideravelmente grande, beneficiando-se do conflito na região síria. O então líder da organização, al-Baghdadi, enviou em 2011 um grupo de jihadistas para explorar a Síria, constatando que nesse país existiriam condições de se firmar e crescer.

Desse modo, a guerra por procuração na Síria serviu não apenas para fornecer aos membros do EII treinamento militar, mas proporcionou também os recursos financeiros para a remodelação do grupo, transformando-o não apenas em mais uma das muitas organizações jihadistas armadas, mas num participante de importância fundamental no jogo dos conflitos regionais, com sua própria fortaleza territorial e máquina militar (NAPOLEONI, 2015, p. 26).

### **A estratégia do “caos construtivo” como uma das causas do conflito Sírio**

Como visto, os Estados Unidos foram parte importante na insurgência do Estado Islâmico através da “Guerra ao Terror”. A destruição produzida a partir de 2003, no Iraque, sob ordens diretas do então presidente George Walker Bush, legitimam a estratégia do “caos construtivo”. Para o escritor marroquino Tahar Ben Jelloun: “sem a invasão do Iraque pelo exército norte-americano em março de 2003, o país não teria se tornado esse campo de ruínas, plataforma do terrorismo internacional” (FOTTORINO, 2016). De acordo com Zagni, as ações do governo estadunidense contra o Iraque em 2003, são umas das principais representações na utilização dessa estratégia:

Talvez não haja melhor forma de explicitar no que consiste a estratégia do “caos construtivo” e de que forma ela pode nos ajudar a compreender as possíveis correlações entre a destruição produzida a partir de 2003, no Iraque, sob ordens diretas de George Walker Bush (o filho) e Tony Blair - com o cômputo semelhante de 700 mil mortos -, e a ascensão do Estado Islâmico (EI) (ZAGNI, 2018, p. 12).

A estratégia do “caos construtivo” implementado tanto na Síria quanto no Iraque, parte da proposição de que no estado caótico, podem ser criadas configurações de poder com maior assertividade. Com base nos estudos de Giovanni Arrighi sobre ciclos hegemônicos do capitalismo e de Antonio Gramsci quanto ao conceito de hegemonia, também conseguimos analisar mais friamente essa questão. Para Arrighi, os ciclos de acumulação capitalistas são procedidos por crises e finalmente, caos, onde há a ausência de ordem e somente uma eventual guerra pode definir o ciclo hegemônico posterior (ARRIGHI, 1996). Partindo do pressuposto que o Estado Islâmico constitui um novo sujeito político nas relações internacionais contemporâneas, observamos que essa organização desempenhou as ações do terrorismo global simultaneamente a crise da hegemonia norte-americana no sistema internacional.

Ao entrar no mérito da ascensão do EI, Zagni utiliza os conceitos desses dois autores para explicar o que possibilitou o avanço da organização. Assim:

Hegemonia, para Gramsci, refere-se à capacidade de um determinado ator, num dado sistema político, de dominar os pares antagônicos por meio da força, emanada comumente a partir das estruturas da política e da econômica; poder este ampliado pela capacidade de liderança intelectual e moral junto a pares alinhados, plasmada no ideário compartilhado pelo grupo a partir das estruturas, principalmente, da cultura. Na medida em que a dominação produz obediência por meio da coerção; a liderança ou direção obtém aquiescência por coesão. Com isso, enquanto o dominador detém um poder instável em razão das possibilidades constantes de aqueles que obedecem por medo se rebelarem, o líder goza de um tipo estável de poder, uma vez que também domina, baseando-se na díade dominação-liderança.

[...]

Com base neste conceito de hegemonia, Giovanni Arrighi concebeu o fenômeno, do âmbito da política intraestatal, alvejado por Gramsci, para o ambiente das relações interestatais<sup>14</sup>, tomando como unidade de análise aquilo que Immanuel Wallerstein concebeu como o único sistema social válido: o sistema mundial; precisamente, o sistema social moderno. Mas não sem antes chamar a atenção para os problemas teóricos que decorreriam de tal transposição, dentre os quais sublinhamos a capacidade, de grupos políticos hegemônicos à frente do Estado e que almejam a hegemonia do Estado no sistema internacional, de liderar, vocalizando interesses individuais como coletivos, em razão da heterogeneidade que compõe a comunidade de Estados (ZAGNI, 2018, p. 14).

Seguindo a linha dos estudos à cerca do capitalismo, Loretta Napoleoni explica o sucesso do Estado Islâmico através da privatização do terrorismo, defendendo que a guerra por procuração acaba por ser um instrumento de criação de Estados nacionais. Assim, o grupo liderado por Al-Baghdadi foi capaz de criar uma fortaleza territorial na Síria, e que gradativamente se expandiu para o Iraque, país que foi colocado sob a ingerência do Ocidente, regredindo politicamente e como sociedade civil, existindo como território para fins terroristas. Com a eventualidade de sucessos do grupo, através da coerção das minorias populacionais, destacamos que:

No caso específico do EI, o contexto para a consecução dessas estratégias não passa apenas pela devastação humana e material imposta ao povo iraquiano já desde 2003 com a guerra e a ocupação violenta de seu território; mas também pelo plano da “grande transformação” que constituiu a “Primavera Árabe”, estendendo-se do Oriente Médio ao Norte da África, de 2010 a 2013, e que possibilitou mudanças de regime na Tunísia, no Egito e na Líbia - onde eclodiu uma guerra civil -, além de ter se alastrado pela Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque e Jordânia; repercutindo em menor escala no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental (ZAGNI, 2018, p. 115).

Zagni ainda defende que o caos construtivo resultou, além da violência de guerra, também na violência genocidária e nos massivos deslocamentos populacionais. O patrocínio e a manutenção por parte do Ocidente nos conflitos no Oriente Médio, gerou uma das piores crises humanitárias já ocorridas na história, com destruição humana e material poucas vezes vista anteriormente. Os resultados expostos aqui, são irreparáveis: a intervenção ocidental naquela região resultou no que Napoleoni define como “monstro”, referindo-se ao Estado Islâmico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observamos, com base na análise da bibliografia aqui apresentada, a tamanha complexidade que envolve o conflito ocorrente na Síria, perpassando pela influência dos mais diversos atores como o governo do país envolvido e suas motivações, o financiamento direto e indireto de Estados guiados por interesses políticos e estratégicos, os grupos armados que

mantiveram o confronto, e, por fim, os pilares que legitimaram as ações decorrentes na região. Nesse prisma, concluímos que a análise das modernas guerras por procuração, representando os investimentos externos de agentes que tinham como interesse não ter seus nomes associados às atrocidades ali ocorridas bem como a conseguinte destruição humana e material, constituem mero reducionismo do que se desenrola de fato em campo.

As alianças não são coesas e estão sujeitas a alterações, são instáveis; fato demonstrado pela própria Guerra Civil Síria, com o redirecionamento de financiamentos que inclusive possibilitaram ao Estado Islâmico firmar seu Califado em uma região deveras influenciada por conflitos religiosos, onde Estados patrocinadores de guerras se adentraram. A organização jihadista salafista de maior poderio efetivo no globo, utilizou-se de doses de pragmatismo e modernização para estabelecer nos limites em que ocupou, uma fortaleza territorial dispondo de recursos energéticos e estratégicos para a manutenção e posterior desenvolvimento da instituição islâmica do califado, angariando os recursos providenciados pelos patrocinadores de não só sua organização como diversas outras.

A estratégia do “caos construtivo”, praticada a cabo pelos Estados Unidos no Oriente Médio, teve a Síria como um dos principais palcos de sua própria definição: destruir com a finalidade de se criar. Nesse âmbito, o Estado aqui analisado se diferencia dos demais países árabes pois nesse os planos estabelecidos pelo Ocidente com finalidade de implementar a mudança de regimes não surtiram efeito. O conflito de interesses envolvendo Bashar al-Assad e seus aliados, o Estado Islâmico e os países financiadores do combate armado resultaram na instauração do terrorismo e na mais cruel guerra civil de toda a história síria, gerando por consequência violência genocidária e deslocamentos populacionais em larga escala.

Os vestígios imperialistas não se configuram como meros resquícios. A intervenção nos territórios árabes pelas forças ocidentais se mostra contínua, ao ponto de as grandes massas de comunicação associarem a imagem do povo árabe e suas mais diversas vertentes etnorreligiosas como intrínsecas ao terrorismo. A criação e a manutenção de um inimigo em comum tendo em vista legitimar o conflito resultou no alargamento do terrorismo internacional e na maior crise de refugiados na era moderna. Em meio ao caos instaurado, mostra-se praticamente impossível o estabelecimento de soluções para o conflito sírio, entretanto, sem que haja uma autocrítica geral

quanto ao papel dos atores envolvidos bem como a superação de pré-conceitos quanto a outros credos e etnias, mais dificilmente o povo sírio voltará a vivenciar momentos de paz e esperança.

## BIBLIOGRAFIA

ARRIGHI, Giovanni. *O longo séc. XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

BRANCOLI, Fernando Luz. *Síria e Narrativas de Guerra Por Procuração: O Caso dos Curdos como Elemento de Complexidade*. Rio de Janeiro: Revista da Escola de Guerra Naval, 2017.

BRITISH BROADCASTING CORPORATION (BBC). *O Homem que ‘acendeu’ a fagulha da Primavera Árabe*. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217\\_bouazizi\\_primavera\\_arabe\\_bg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217_bouazizi_primavera_arabe_bg)> Acesso em: 30 de jan. 2021.

COCKBURN, Patrick. *A Origem do Estado Islâmico: O fracasso da “Guerra ao Terror” e a ascensão Jihadista*. São Paulo: Autonomia Literária; 5ª edição (8 julho 2016).

ERLICH, Reese; CHOMSKY, Noam. *Inside Syria: The Backstory of Their Civil War and What the World Can Expect*. Prometheus Books; Illustrated edition (7 outubro 2014).

FOLHA DO NORDESTE. *A mão que bate é a mesma que afoga: as guerras proxy*. Disponível em: <<https://www.folhadonoroeste.com.br/colunas/a-mao-que-bate-e-a-mesma-que-afaga-as-guerras-proxy/>> Acesso em: 30 de jan. 2021.

FOTTORINO, Éric (org.). *Quem é o Estado Islâmico? Compreendendo o novo terrorismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

KERR, Michael; LARKIN, Craig. *Alawis Of Syria: War, Faith and Politics in the Levant*. C Hurst & Co Publishers Ltd (29 outubro 2015).

LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Guerras por Procuração na Síria*. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/guerras-por-procuracao-na-siria/>> Acesso em: 15 de jan. 2021.



NAPOLEONI, Loretta. *A fênix islamista: o Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

OPEN DEMOCRACY. *The Making of the Modern Kurdish Middle East*. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/north-africa-west-asia/making-of-modern-kurdish-middle-east>>. Acesso em: 15 de jan. 2021.

SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOURDEL, Dominique. *Uma história do povo árabe*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2011.

ÜNVER, H. Akin. *Turkeys Kurdish question: discourse and politics since 1990*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2015.

YASSIN-KASSAB, Robin; AL-SHAMI, Leila. *Burning Country: Syrians in Revolution and War*. Pluto Press; Second edition (February 20, 2018).

ZAGNI, Rodrigo Medina. *Identidades em guerra: imperialismo e cultura nas relações entre Estados Unidos e América Latina durante a Segunda Guerra Mundial (os casos de Brasil, Argentina e México)*. Curitiba: CRV, 2015.

ZAGNI, Rodrigo Medina. *Sangue que não seca: O Estado Islâmico, a crise da hegemonia e as novas estratégias do imperialismo*. São Paulo: Editora CRV, 2018.